PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ



ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ: 18.715.474/0001-85

DECRETO Nº 2.356 DE 03 DE JUNHO DE 2020.

PUBLICAÇÃO
Publicado no Diário Oficial do Município de Igarapé em
03 / 06 / 2020.

Secretaria Municipal de Governo

"DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA ESTABELECIDA PELA DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA CAUSADA PELO AGENTE CORONAVÍRUS - COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

- O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ**, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal, e **CONSIDERANDO**:
- I A Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIIN) pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);
- II O Decreto nº 2.325 de 17 de março de 2020 que "DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ EM RAZÃO DA PANDEMIA ESTABELECIDA PELA DOENÇA RESPIRATÓRIA COVID-19 "CORONAVIRUS" E DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA A SUA PREVENÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";
- III O Decreto nº 2.326 de 19 de março de 2020 que "CRIA O COMITÊ DE ENFRENTAMENTO E CONTINGENCIAMENTO EM SAÚDE DO COVID-19, DIVULGA AS MEDIDAS ADOTADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";
- IV O decreto nº 2.344 de 24 de abril de 2020 que "ALTERA, POR TEMPO INDETERMINADO, AS RECOMENDAÇÕES PARA SETOR PÚBLICO E SETOR PRIVADO DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO E DE ENFRENTAMENTO E CONTINGENCIAMENTO DA PANDEMIA DE DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA CAUSADA PELO AGENTE CORONAVÍRUS - COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ: 18.715.474/0001-85

v - Os efeitos e reflexos, ocasionados em decorrência da pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus - COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado, para fins de aplicação do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, estado de calamidade pública no âmbito do Município de Igarapé, com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia estabelecida pela doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo Único. O estado de calamidade pública de que trata o caput deste artigo será submetido, para reconhecimento, à deliberação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 2º Ficam autorizados, nos termos do § 3º do art. 40 da Constituição do Estado, a ocupação e o uso temporário de bens e serviços necessários ao enfrentamento da crise causada pelo COVID-19, garantida a indenização justa, em dinheiro e imediatamente após a cessação da situação de calamidade pública, dos danos e custos decorrentes.

Parágrafo Único. Compete aos dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal decidir, motivadamente, sobre a ocupação e o uso de bens e serviços de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º No caso declarado neste Decreto, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ



ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ: 18.715.474/0001-85

Art. 4º Ficam os dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal autorizados a adotar, em caso de necessidade, medidas extraordinárias para viabilizar o pronto atendimento à população durante a situação de calamidade pública em saúde.

Parágrafo Único. As medidas adotadas nos termos do caput deste artigo serão submetidas à ratificação do Comitê de Enfrentamento e Contingenciamento em Saúde do COVID-19, instituído pelo Decreto nº 2.326 de 19 de março de 2020.

- Art. 5º Aplica-se ao período de calamidade pública, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o disposto no inciso IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a eficácia do art. 1º à aprovação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
 - Art. 7º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Igarapé, 03 de junho de 2020.

Carlos Alberto da Silva

Prefeito Municipal